



EQUADOR E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO DE 2019: DISCURSO AUTORITÁRIO, MEIOS DE COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA

ECUADOR AND THE OCTOBER 2019 REVOLUTION: AUTHORITARIAN DISCOURSE, MEDIA AND NATIONAL SECURITY

Cidoval Morais de Sousa 1

Alessandro Rezende 2

Isabel Ramos 3

Werner Vasquéz 4

Resumo : A utilização da doutrina de segurança nacional para manutenção do status quo, e as repreensões contra as manifestações populares de outubro de 2019 permitiram que fossem analisados os mecanismos de poder utilizados pelo governo de Lenin Moreno. Com a utilização dos meios de comunicação para a formação da opinião pública em favor do governo e contra os atores sociais que lutavam em oposição as regras impostas pela política neoliberal, durante os meses de setembro e outubro de 2019, foram analisadas as manchetes dos três jornais impressos do Equador.

Palavras chave: Doutrina de Segurança Nacional. Pacto Econômico. Neoliberalismo. Meios de Comunicação

Abstract: The use of the doctrine of national security to maintain the status quo and the reprisals against the popular demonstrations of October 2019 will allow us to analyze the mechanisms of power used by the government of Lenin Moreno. With the use of two means of communication for the formation of public opinion in favor of the government and against the social actors that opposed the rules imposed by neoliberal policy, during the months of September and October 2019, they were analyzed in two forms of three days in Ecuador.

Keywords: National Security Doctrine. Economic Pact. Neoliberalism. Media

-
- 1 Pós doutor em Sociologia da Ciência e Tecnologia, UFSCAR. Doutor em Geociência, Unicamp. Professor de la Universidad Estadual de la Paraíba – Brasil (UEPB). Graduado em Comunicação Social e Ciências Sociais. Professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: cidoval@servidor.uepb.edu.br
 - 2 Pós doutor em Direitos Humanos, UFG. Doutor em Ciências Sociais, FLACSO/Equador. Mestre em Ciência Política, Unieuro. Graduado em Comunicação Social, IESB. Professor do ISCP. E-mail: alessandroligadf@gmail.com
 - 3 Doutora em Ciências Sociais, Universidad Nacional de Cuyo, Argentina. Mestre em Estudios de la Cultura, Universidad Andina, Equador. Graduada em Comunicação Social, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. Profesora investigadora FLACSO/Equador. E-mail: iramos@flacso.edu.ec
 - 4 Doutor en Ciencias Sociales, Flacso/Ecuador. Mestre en Relaciones Internacionales, mención en Economía por la Universidad Andina Simón Bolívar/Equador. Graduado em Sociologia, Universidad Central del Ecuador. Professor Flacso/Ecuador. E-mail: wrvasquez@flacso.edu.ec
- 

A utilização dos meios de comunicação para a formação da opinião pública

Exercendo o pleno direito de mudar o presidente do Equador, dois anos antes da Rebelião de outubro de 2019, foi decidido dar um giro radical no processo político denominado “Revolución ciudadana” que marcou um momento antes e um momento depois na história política contemporânea equatoriana. É possível afirmar que o núcleo legal como político, a normatividade social desenvolvida e a que está por se desenvolver é encontrada na Constituição de 2008 que sustenta a base para as transformações estruturais e conjunturais que o Equador necessitava para superar décadas de extrema pobreza, marginalidade, falta de equidade distributiva da riqueza que foi traduzida sistematicamente na formação de uma sociedade marcada pela desigualdade e pela inércia política.

Nesse breve contexto, os meios de comunicação privados, surgem como uma ferramenta política plenamente unida aos grupos economicamente dominantes e sua consequência tem respondido aos interesses em jogo (BORRAT, 1989). Sendo assim, quando é preciso buscar entender os motivos dos meios de comunicação privados nos processos de produção, mediação e consumo da informação, não é possível deixar de lado essa matriz de nascimento deles. As determinações econômicas não são totalmente determinantes, requerem entender processos complexos de negociação com os diferentes setores sociais aos quais chegam e querem chegar para produzir mediações no controle social das populações (LIPPMANN, 1922).

Dessa maneira, a história dos meios de comunicação privados equatorianos apodera-se das ações de “privação” informal e comunicacional que é produzido na sociedade (McDAM; TILLY; TARROW, 2005). A privação é constitutiva, formadora da opinião pública “liberal” instituída gradualmente nas sociedades latino americanas, como é o caso do Equador. Isso tem fornecido uma ferramenta que vem acompanhada de um corpo jurídico que produzido legalidade desde a legitimidade de fato que tem exercido os meios de comunicação privados no Equador. Com as assimetrias sociais, com o desenvolvimento desigual regional, local e nacional; e o exercício de produzir informação nacional, tem sido a matriz da “ideia nacional”, da Pátria, da Nação, do Estado e do Povo.

Através de décadas de institucionalização e naturalização da prática informativa em decorrência dos meios tem dado como produto um modo e prática na conformação da opinião pública no Equador. Este campo constitutivo com suas próprias regras, com seus autores e suas disposições produz um *habitus* híbrido entre a lógica da dominação das elites e das demandas sociais, coletivas majoritárias. Esse modelo híbrido serviu durante décadas, como um recurso de *catarses* coletiva no processamento ideológico e político das não satisfeitas, tornando os meios de comunicação um *status* de “objetividade a serviço da comunidade” de “imparcialidade” que gradualmente levaram a se apresentar como um espaço social democrático alternativo aos poderes do Estado, algumas vezes chamado de “quarto poder”.

No Equador, a deterioração da prática democrática liberal e suas institucionalizações fizeram com que os meios de comunicação assumissem o vazio ao ocupar aqueles espaços moralmente condenados pela cidadania. Com o denominado “retorno da democracia” em 1979, o sistema de partidos políticos, aqueles que tradicionalmente são representados pelos setores mais privilegiados de poder, emergiram em uma associação estratégica e tática de constituição como guardiões da democracia, da ordem social e do bem moral comum, aliados à igreja católica e, paradoxalmente, às forças armadas (DE SOUSA SANTOS, 2020).

Dessa maneira, o chamado “retorno à democracia” significou um pacto e uma repartição da governabilidade com os meios de comunicação privados. Diante dos graves problemas estruturais vivenciados no Equador, devido a sua interdependência assimétrica com o mercado mundial, ocasionou a processos de violência instituídos desde o Estado: autoritarismo, repressão sistêmica, torturas, desaparecimentos forçados, como foram nos acontecimentos vividos baixo o regime social cristão do ex-presidente León Febres Cordero (1984-1988) e a construção de seu “inimigo” político com o alinhamento da doutrina de segurança nacional e o pacto midiático voltado para “combater a subversão e o terrorismo”.

Com esses antecedentes pontuais, sobre a associação entre os meios de comunicação privados, o sistema de partidos políticos e os grupos de poder na formação hegemônica da opinião pública desde o retorno à democracia, é possível situar que os acordos estratégicos e táticos entre esses atores levaram--nos, ao longo das décadas dos anos 1980, 1990 e 2000, a exercer o poder social de maneira autoritária, ou seja, reconheciam o poder das instituições democráticas representativas, a legitimidade das expressões eleitorais e seus governos, no Estado e o protagonismo que devia ter o mercado e não o detinham, além do “deve ser do povo”, os indivíduos e os cidadãos. Isso levou-os à conversão e a considerá-los uma composição moral da sociedade, com o claro e fático poder de modelar a esfera pública, a opinião pública para combater os “maus da Pátria” (IZA, TAPIA, MADRID, 2020).

O efeito consequente do semelhante pacto foi a perda do controle da narrativa do bem comum. Esse descontrole provinha das disputas regionais, sobretudo “Serra e Litoral”¹. A expressão direta da luta entre os grupos econômicos exportadores/importadores, a banca regional e a cooptação das instituições estatais; somada ainda às transformações macroeconômicas internacionais. Não demoraria muito para passar do descontrole ao colapso do sistema social através da imposição ao sistema neoliberal no país. O ano de 1999 marcou como um momento grave que expressou a grave crise humanitária vivenciada no Equador com o êxodo forçado de quase dois milhões de equatorianos (RAMÍREZ GALLEGOS, 2020).

Uma crise bancária e financeira que produz o cenário perfeito para dolarizar a economia, levou a maioria equatoriana à quebra econômica, mas liquidando as dívidas dos grandes grupos de poder que ainda ficaram bem abastecidos de dólares. Isso produziu uma modificação no mapa dos grupos dominantes. Nesse cenário, os meios de comunicação privados julgaram uma lista de protagonismo ao construir matrizes de opinião fechando filas para que a nova intenção neoliberal pudesse ser concretizada na nova Constituição em 1999 com uma profunda reforma do Estado, com a liberação da economia e ampliação financeira que ocorreu com a hegemonia da banca equatoriana.

Essa situação é muito importante porque, antes da atual Constituição (de 2008), as empresas e os bancos podiam ser acionistas e proprietários de meios de comunicação no Equador o que evidencia a arquitetura inevitável que se dava entre os grupos de poder e os meios de comunicação, não sendo somente proprietários, senão com o poder e controle das pautas em rádios, imprensa e televisão. A crise de 99 não significou uma mudança funcional no sistema político, mas contrariando o sistema de partidos políticos, a governabilidade se fixou gravemente fragmentada pela disputa, pela transição da economia à política institucional.

A emergência dos novos movimentos sociais e coletivos, como a CONAIE² e sua participação eleitoral propiciaram modificar as estruturas estabelecidas pela ordem de dominação legítima fora do controle. A expressão e significância da caída dos presidentes por forças sociais, traduz o processamento e atualização do sistema político que estava colapsado, mas ainda significava a abertura de um novo ciclo político com a possibilidade de transformações profundas quando exigiam um processo de uma nova Constituinte para o país novamente nos trilhos.

Com a vitória de Rafael Correa, como candidato à Presidência da República, e as 14 vitórias eleitorais seguintes, significava novos passos na desmontagem de um Estado neoliberal a uma emergência de um Estado de Direitos. Com isso, houve uma inevitável confrontação com certos grupos de poder e a capacidade de negociação com a maioria desses grupos para permitir modificações estruturais: um novo cenário de mercado, transformações no mercado laboral, uma nova Constituição com direitos e garantias na recuperação social, educação, saúde, infraestrutura nacional, etc. Tudo isso significou uma singular modificação na lógica ortodoxa da economia para uma nova onda de modernização do país (DE SOUSA SANTO, 2020).

Um indicador econômico, não necessariamente que seja o melhor, mostra que essa transformação foi a responsável pela duplicação do PIB, chegando aos 100 bilhões de dólares. Outro indicador foi o nível de confrontos com os meios de comunicação privados, não somente porque o governo esquिवou a negociar a governabilidade do país, senão porque retiraram privilégios ilegais, como por exemplo, não pagar os tributos com a importação de papel para a imprensa escrita e

1 Equador divide seu território em três regiões: serra (cordilheira dos Andes), litoral e amazônia.

2 Movimento indígena equatoriano.

promulgar lei específica que trata sobre a distribuição equitativa das transmissões de rádio: 34% rádios comunitárias, 33% rádios públicas e 33% redes de rádios privados.

Sem dúvida, os meios de comunicação privados se converteram não somente em adversários do governo, mas também os que caminharam adiante para preencher o vazio de poder deixado pela “partidocracia” e que se é possível afirmar que os ditos grandes meios de comunicação privados explicaram seus distintos interesses ao converterem-se em “partidos midiáticos” o que permitiu que as forças opositoras se unissem ao combate de um “regime autoritário”, “populista”, “neopopulista”, “socialista do século XXI”, “chavista”, “regime correísta”. Todos esses apodos demonstravam que o motivo da restrição de liberdades como um direito ao exercício da “liberdade de expressão plena”. Uma década de governo (2007-2017) levou a uma situação de confrontos sociais representada pela busca do controle da opinião pública com a utilização das matrizes de opinião voltadas para gerar incertezas, pânico sistemático, também conhecidos como “golpes brandos”.

Sem dúvida alguma que o nível de confrontos vivenciados nesses últimos anos, com os efeitos das crises internacionais levaram a cenários onde os setores da oposição tomaram opções a utilização de vias não democráticas para “recuperar a democracia equatoriana”. Um exemplo dessas práticas midiático-políticas foi a eleição para presidência da República em 2017 em que um meio de comunicação televisivo, Ecuavisa, adiantou o resultado das eleições e o proclamou como ganhador do pleito, o candidato Guillermo Lasso que era o representante da oposição bancário-liberal. Isso se deu sem a constatação da apuração e muito antes do resultado oficial.

Quando o Estado equatoriano fez a apuração e proclamou o resultado oficial final, o ganhador da presidência foi Lenin Moreno, que assumiu o cargo no dia 24 de maio de 2020. A partir desse momento, o país tem vivido uma experiência traumática, pois o programa do governo ganhador foi deixado de lado e os opositores se transformaram aliados políticos para governar, assim como os meios de comunicação privados converteram-se em uma ampla frente de defesa midiática do governo. Desde a assunção ao poder, o presidente Lenin Moreno produziu um novo inimigo imaginário: destruir o “correísmo”.

Esse imaginário da luta contra o “correísmo”, na voz do presidente Moreno, se converteu em um problema nacional a ser consertado. Era a fonte de todos os maus vivenciados no território equatoriano, como se fosse uma causa dos problemas frente aos quais havia que assumir o programa de governo dos vencidos nas urnas da última eleição. Reduzir o Estado, diminuir o gasto com políticas voltadas à educação, à saúde, à área social além refazer a infraestrutura, as hidroelétricas, reduzir o gasto social com grupos vulneráveis e, paralelamente, pagar os juros da dívida externa, refazer uma nova dívida externa a uma taxa de juros que, paradoxalmente, foi bastante questionada pelo governo anterior. As ações de submissão a uma nova carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional (FMI) exigirem, e ainda exigem, uma maior redução do Estado e o tradicional pacote de privatizações dos recursos estratégicos do Estado. Para que tudo isso ocorresse, planejaram uma estratégia de tomar certas instituições do Estado, como por exemplo: Conselho de Participação e Controle Social com o discurso de chamamento de um Referendo e Consulta Popular para oficializar o desmonte do aparelho estatal.

Nesse segundo contexto, os meios de comunicação tornaram-se aliados estratégicos no momento em que foram convidados publicamente a somar esforços contra o correísmo:

Hemos diseñado un programa económico que nos da estabilidad. Que devuelve al Estado su eficiencia, su efectividad y que mantiene la dolarización. Con ese programa, la producción crece y se genera empleo, inversión, bienestar (23).³

As mobilizações dos movimentos sociais contrários às medidas do governo passaram a ser mais diárias e eficazes. O sequestro e o assassinato de três jornalistas na fronteira norte com a Colômbia tiveram um forte impacto na opinião pública, mas, a cada passo dado, os próprios meios de comunicação se responsabilizavam em contra-argumentar, ao construir discursos

3 Lenin Moreno: Informe a la Nación: <https://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/05/2018.05.24-INFORME-A-LA-NACION-1.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

responsabilizando diretamente e permanentemente o ex presidente Rafael Correa. Além disso, a utilização do aparelho policial foi ressaltada como força posta e disposta a fazer valer as decisões do governo: “Estamos convencidos de que todos ustedes (los policías) cumplirán a cabalidad sus nuevas funciones” (3).⁴

Os meios de comunicação privados e a emergência da doutrina de segurança pública

Com o desarmamento do aparelho estatal, o abandono das políticas sociais, a redução do financiamento do Estado, com um maior endividamento externo, com a eliminação do subsídio dos combustíveis, com o aumento gigantesco de funcionários públicos, incentivo a fuga de capital, o indulto e eliminação de dívidas dos grandes especuladores que, por não coincidência, favoreceram os grandes grupos econômicos e consequente prejuízo social.

Em dezembro de 2017, a pobreza era representada por 21,5% e passado um ano esse índice representava 23,2% ao passo que em 2019 chegou a 25%⁵. Outro indicador que reflete o impacto das medidas implementadas pelo governo neoliberal, foi a medição do coeficiente de Gini: 2017 – 0,459; 2018 – 0,469 e 2019 – 0,473⁶. Um último indicador da pobreza multidimensional: 2017, 34,6 %; 2018, 37,9 5; 2019, 38,1 %⁷. Isso evidencia o severo impacto das políticas socioeconômicas implantadas. Essas medidas proporcionaram, em outubro de 2019, uma maior mobilização cidadã contra o governo.

Adiante serão apresentadas as narrativas dos três meios de comunicação selecionados por essa investigação. Dois jornais impressos privados e um públicos: El Comercio, El Universo e El Telégrafo. nas suas edições de outubro de 2019, com alguns exemplares de setembro de 2019. Dessa maneira, esse conjunto de titulares jornalísticos permitiu compreender os núcleos semânticos, as cargas ideológicas, a formação da agenda e como essa agenda formou a opinião pública para justificar a reativação da doutrina de segurança nacional e autorizar o uso repressivo da força policial e militar, que culminou no assassinato de 11 cidadãos, além de mil feridos e outros tantos detidos.

Os acontecimentos de outubro de 2019 foram preparados com cada uma das políticas públicas que o governo foi implementando, favorecido pela blindagem midiática patrocinada pela imprensa desde 2017. Com o tempo, isso permitiu que o governo fosse construindo uma série de matrizes de opinião favoráveis, centralizadas na narrativa de construção de um “correísmo” a sua medida culpando-o pela crise e, consequentemente, necessitando aplicar um programa econômico e social abertamente neoliberal. Para esse planejamento e sua execução, vulnerabiliza a democracia ao instalar um governo autoritário que tomou as funções do Estado com o propósito de implantar o neoliberalismo econômico, perseguir todos os funcionários que resistiam à construção das causas que culpem o correísmo.

Essas ações foram de encontro ao Decreto 883 que eliminou o subsídio da gasolina e do diesel o que provocou uma radicalização na fronteira norte, divisa com a Colômbia, com a paralisação do setor de transporte que durou poucos dias, após um acordo com o governo. As manifestações foram aumentando, principalmente em Quito, e em certas cidades menores. No entanto, ocorreu a concentração dos protestos realizados a partir da marcha iniciada em setembro dos grupos indígenas em direção à capital. Essas marchas tiveram como liderança, principalmente, os dirigentes do Movimento Indígena de Cotopaxi (MIC).

4 Lenin Moreno: <https://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2019/12/2019.11.28-ASCENSOS-POLICIAS-1.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

5 https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/POBREZA/2019/Diciembre-2019/Boletin%20tecnico%20de%20pobreza%20diciembre%202019_d.pdf Acesso em 05 de agosto de 2021.

6 https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/POBREZA/2019/Diciembre-2019/Boletin%20tecnico%20de%20pobreza%20diciembre%202019_d.pdf

7 https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/POBREZA/2019/Diciembre-2019/Boletin%20tecnico%20de%20pobreza%20diciembre%202019_d.pdf

Os meios de comunicação: El Comercio, El Universo, El Telégrafo - paralelo semântico e ocultamento da verdade

Ao revisar o material de análise nos meses de setembro e outubro de 2019 relacionados ao El Comercio (EC), El Universo (EU) e El Telégrafo (ET), foi encontrado o seguinte:

1) A matriz discursiva da imprensa escrita privada ou pública enaltece a corrupção do governo anterior. Dos 30 dias de setembro, 28 dias as postagens concentraram nos casos de investigação abertos no governo anterior: sejam corrupção, como modificação da estrutura do Estado, entre outros – rede ilegal de suborno (EC 1); os esquemas de financiamento (EU 2). A participação de nomes no caso de subornos (EC 3); P. Martínez confirma a participação (EU); 157 obras entregues a empresas ligadas a casos de subornos (EC 5); coleta de assinaturas para a eliminação do CPCCS (EC 7); Caso Odebrecht 5,1 milhões para o partido de Correa – Aliança País (EC 7); Militares controlam a fronteira (EC 8); TCE investiga 298 processos por financiamento eleitoral (EC 10); 132 mil assinaturas para eliminar o CPCCS (EU 10); 45 processos contra Odebrecht (EC 11); subornos, 19 assinaturas tiveram contratos de 6.000 milhões em obras (EU 11);

2) Continuando com o eixo narrativo de corrupção, soma-se pontualmente temas da refinaria de Esmeralda, a que declarou, reiteradas vezes, que o governo de Moreno estava a ponto de explodir; que os processos de repotencialização foram negócios que deram muito prejuízo ao Estado. Outro exemplo de associação ilícita para extorquir com os fundos do Estado: quinta condenação contra Carlos Pareja (EC 14); 10 milhões contra Rafael Correa (EU 14); Imobiliária prepara venda de bens (EC 14); Refinaria tem dívidas milionárias (EU 15); Dívida não para de crescer (EU 16); Reformar do COIP (EC 16, 19, 20); Fiscal acusa o vice presidente Glas (EU 24).

3) A partir dessas datas, as manchetes foram descentralizadas nos casos do correísmo e incluem efeitos dos protestos sociais, incorporando uma variável sobre a segurança e as forças da lei e da ordem: 361 policiais julgados pelo excesso de força desde 2015 (EC 22); Bloqueio da fronteira com Colômbia (EU 25); Mobilização em Carchi (EC 24); Reforma econômica e paralisação em Carchi (EU 27); Não houve acordo e a violência cresce em Carchi com a presença dos militares (EU 27); Fazer o correto em cima do popular (EU 28); Devido o fracasso da Unasul, Prosul toma-se outras ações (EU 28); Carchi segue com a paralisação e provoca muitas perdas milionárias / 4 dias de protestos / 2 milhões de prejuízo financeiro por dia (ET 28).

Fechado esse mês, as manchetes dos 3 meios de comunicação, principalmente os privados, concentraram-se nos problemas da corrupção do correísmo, o caso de suborno é significativo porque utiliza como base um caderno de uma das acusadas que levantou um esquema piramidal em que a cúpula do correísmo estava envolvida e todo o esquema de funcionamento jurídico foi questionado.

Por outro lado, as manchetes davam continuidade nas narrativas direcionadas às obras realizadas no governo anterior que estavam mal feitas, não somente na questão do prejuízo econômico, mas também que atentaram à segurança nacional como foi o caso da construção da refinaria de Esmeraldas, centrais hidrelétricas, infraestrutura viária, etc. Um terceiro elemento que se concentra de maneira fática com a segurança do Estado foi a presença dos militares norte-americanos em Galápagos, com o argumento de colaborar com as ações contra o narcotráfico.

Esse tema tem um eixo chave na memória dos equatorianos. Com a promulgação da Constituição de 2008, proíbe-se a instalação de bases militares estrangeiras, o que levou à saída da base norte-americana de Manta. Entretanto, violando a Constituição e com o discurso de segurança nacional e incapacidade do Estado em combater o narcotráfico, o governo autorizou a presença de militares norte-americanos para ocuparem mais de 10 mil metros quadrados do território equatoriano. Finalmente, devido aos constantes protestos em Carchi, uma das províncias da fronteira norte mais afetadas com a crise econômica, as notícias passam a enaltecer os protestos. Dessa forma, eles foram convertidos em uma paralisação fronteiriça que, juntamente, com o movimento de paralisação nacional de transportes de carga pesada passaram a ser a antessala da rebelião de outubro.

Como foi indicado anteriormente, os protestos, as marchas, as paralisações ou as passeatas emergiram à medida que o governo começou a implantar um programa de corte de pessoal, de corte de financiamento, de corte no pagamento de salários e com o agressivo endividamento externo. A

matriz discursiva de que o governo anterior tinha endividado, além do que manda a Constituição, foi sendo derrubado conforme organismos internacionais, como a CEPAL, apresentavam dados e cifras reais sobre o endividamento do país.

Contudo, para o governo e os meios privados de comunicação, essa pressão pouco importava porque era prático para o governo manter as notícias falsas uma vez que poucos casos produziram informações com “fontes oficiais” o que não permitia confrontar a veracidade dos fatos. Foi assim que, em outubro, os meios de comunicação aqui estudados, posicionaram e enrijeceram contra as reações sociais, mesmo com as manipulações contra o correísmo, dos correístas, que mantiveram um discurso de que estes grupos queriam dar um golpe de Estado. Quando essa narrativa começa a entrar em descrédito, então passaram a criar uma nova narrativa contra os grupos ao mencionar que são manipulados pelo correísmo que estes produzem ações de violência, vandalismo, saques públicos e no momento em que a situação é agravada, a terminologia é novamente escalada com “grupos violentos e organizados”, “ações subversivas”, “insurgentes” e de “neutralização aos terroristas” (CHARAUDEAU, 2009).

Deve-se levar em conta que as narrativas das manchetes não podem ser lidas de maneira natural, uma vez que foram investigadas como sendo um processo de construção na agenda de notícias dos meios de comunicação. Temas, subtemas, textos, subtítulos são selecionados em um marco ideológico que representa e expressa os interesses políticos dos meios de comunicação analisados. A agenda construída é uma agenda de posicionamento de modelar, de definir, de fazer uma ortopedia da opinião pública e da sua incidência nas respectivas audiências. Essa modelação da opinião pública, estritamente opinião publicada, faz uma associação estratégica com os demais meios, ou seja, que a imprensa escrita não escapa e não gira no seu próprio eixo. Na verdade ela se articula com os eixos narrativos do sistema de rádio e do sistema de televisão privado, em que o público, que neste caso é do diário El Telégrafo, tem perdido sua função de meio de comunicação público ao ser convertido em um meio silenciado, devido à baixa potência e, ao melhor dos casos, ser um replicador de manchetes dos meios de comunicação privados.

Por outro lado, deve ser compreendido que as manchetes são articuladas com outras notícias de campos diferentes, o que pode dar a aparência de que os jornais são fortes, são feitos em igualdades de condições com outros feitos, como são os casos dos jornais esportivos. Essa aparente neutralidade guarda um terceiro elemento: a inviabilização dos feitos como tal, ou seja, que não estão somente nos feitos acontecidos e modelados segundo a agenda. Estão nos feitos que não entram intencionalmente na mesma agenda e que isso não é um problema de hierarquização ou relevância, senão é um silêncio bem intencionado.

No caso que está sendo ocupado, os feitos de outubro podem confrontar entre os próprios feitos televisivos de outubro e a narrativa dos meios impressos. Esses últimos, sem dúvidas, têm uma alta relevância na geração de opinião pública devido a sua própria materialidade e seu uso que pode ser convertido imediatamente em arquivo social, seu impacto como impresso tem maiores significados nas construções sociais da memória:

1) Liberalização dos preços dos combustíveis (EC 2); O diesel e a gasolina extra passam a não ter subsídio do governo (EU 2); Paralisação deixa prejuízo de 14 milhões de dólares (ET 1); Estado de exceção após as paralisações e vandalismo (EC 4); 300 detidos pela organização das paralisações nos transportes/perda de 261,9 milhões de dólares (EC 5); Grave comoção interna/Lenin não cede a paralisação e o país entra em Estado de exceção (EU 4); Estado de exceção começa as 16h de ontem (ET 4); Quito, sede da Libertadores de times femininos (EC 6); Indígenas tomam autarquia (EU 6); Saques e caos durante a mobilização indígena/ 120 milhões de dólares perdidos ao dia/Mudança do governo de Quito para Guayaquil/Leni Moreno sobre as manifestações: “orquestradas pelo correísmo” (EC 7); Aumento nas passagens urbanas (EU 7); Regime insiste no diálogo (EU 1); Quito e Guayaquil contrários à violência (ET 8); Continuam o vandalismo e interrupções/142 denunciados criminalmente pelas paralisações/A seleção equatoriana viaja

para jogar amistoso contra a Argentina (EC 9); Indígenas negam o diálogo contra policiais e jornalistas (EU 10); Mais vozes pela democracia (ET 10); Marcha indígena pacífica e oferecimento agrícola do governo (EC 10); Detidos teriam os dados a comitiva presidencial/ Pessoal das FARC's estavam infiltrados, segundo Lenin Moreno (EU 10); Radicalismo trava o diálogo e a economia colapsa/ Detenção de estrangeiros (EC 11); Policiais cercados pela CONAIE em Quito foram soltos (ET 11); Presidente convida os indígenas para o diálogo diretamente com ele/ Congresso não permitirá a sucessão/ Estados Unidos apoiam as medidas impostas por Lenin (EU 12); Presidente propõe o diálogo direto (ET 12).

Fica evidente que, nos últimos exemplares dos três meios de comunicação, não há espaços não oficiais. O caso do meio de comunicação pública dá notoriedade em que ocorre uma implosão sequencial quando não há uma agenda própria de informações verídicas e dessa maneira não se precisa mais seguir o formato dos meios de comunicação privados. Uma revisão exaustiva das manchetes do meio de comunicação público transformada em uma evidência de uma agenda dispersa, que mescla entre a incapacidade de dar conta dos fatos de “comoção nacional” e cooperar com a presença de todas as vozes na disputa e na aproximação midiática que o mesmo meio de comunicação presencia, desde o momento em que o governo decidiu por um fim nos meios de comunicação públicos.

Entre os meios de comunicação, as manchetes do El Telégrafo evidenciam uma superficialidade na construção dos títulos, uma mescla quase absurda de temas para se chegar a uma irrelevância na construção das manchetes como deveriam ser. No caso dos meios de comunicação privados é notório que El Comercio é declaradamente um aliado do governo, insistindo com manchetes acusatórias, cercando os opositores e considerando-os inimigos declarados do Estado e da democracia. São apresentados como grupos violentos com a utilização de uma semântica e conceitos morais para desqualificar seus argumentos.

Um tema que foi convertido no eixo de disputa foi a “simulação do patrimônio”. Esses recursos que por muitas vezes foram utilizados, passaram a ser considerados como comportamento moral em contraposição aos protestos e seus protestantes, apelidados de arruaceiros. Um jogo de liberdade e libertinagem, entre o cívico e o primitivo, entre o civismo e o patriotismo, como conservadores patrimoniais e donos da razão. Esse discurso calou setores sociais que estavam de acordo com os protestos, mesmo sem sair para protestar.

O conservadorismo patrimonial é a expressão das forças comprimem o espaço público no momento em que não reconhecem a geração da opinião pública desenvolvida de outras maneiras e como última sobrevalorização material de um discurso preservacionista contra as formas legítimas de modificação da ordem social instituída (KOZINER, 2013).

Consequentemente, fica explícito o parcelamento da opinião pública. Essa divisão está atrelada à preservação conservadora que invoca o fundamento da segurança nacional. Discurso e prática de preservação do “nacional”, dos “interesses nacionais” diante de qualquer inimigo interno ou externo. Essa ideia de combater o inimigo surge como estratégica da contenção social ativa nas massas populares. A ideia e sua prática na segurança interna, contém uma doutrina de contenção de qualquer força que atente contra a ordem estabelecida confeccionadas pelas elites nacionais e também pelas disposições regionais das potências dominantes.

Essa doutrina é materializada nas ações estratégicas e táticas das forças militares e policiais porque o inimigo interno deve ser reconhecido, identificado e neutralizado. Importante destacar que a manchete do dia 21 de outubro do El Comercio: “*Con la justificación de evitar muertes inocentes, México se resigna al narcotráfico*”. Essa foi a maneira encontrada para colocar em prática o pensamento e posicionamento da segurança interna cujo valor da vida de uma pessoa, mesmo de maneira anônima, não tem comparação alguma diante da guerra policial e militar que o Estado impõe para combater as forças internas inimigas. Doutrina militarista que demonstra fracasso em toda a região (KRIPPENDORFF, 1990).

Conclusão

Os meios de comunicação analisados evidenciam um alinhamento político e estratégico comunicacional com e para o governo. Fica evidente com a análise das manchetes que foram alinhadas ao governo para enfrentar a rebelião de outubro ao intercalar com os temas de corrupção, expor os temas de segurança nacional, maximizar as vozes dos setores que reclamam um aprofundamento da doutrina de segurança nacional na defesa dos interesses do Estado.

Um retorno da velha política de buscar, identificar e registrar os potenciais inimigos do governo e assim neutralizá-los. Retornam conceitos antigos dos subversivos, violentos, até chegar o uso da palavra terroristas para utilizar as ações de inteligência e contra inteligência necessárias para preservar as atuações do Estado. E assim, preservar o desmantelamento das instituições como programa econômico posto em ação.

É preciso destacar que a pequena amostra utilizada na construção desse texto mostra como funciona e como articulam os regimes autoritários, os meios de comunicação, os setores políticos e as forças policiais e militares para defender o ideal é uma prática da democracia representativa da velha política. Além de que, a utilização da Justiça como um instrumento de judicialização da política; uma atualização da doutrina para conter e não permitir o exercício pleno da vontade popular nos escrutínios eleitorais.

Mesmo assim, é notório que os meios de comunicação privados são um pilar da democracia. As evidências de décadas deixam o dito nesta afirmação de sentido comum, imposto pelos próprios meios. Apesar disso, é possível compreender que, na construção e na implementação das agendas dos meios de comunicação que os enquadrem, falta uma crítica estrutural no campo da ação dos meios de comunicação política, sua atualização e sua hibridez com os partidos políticos neoliberais caminhando com os partidos midiáticos que enobrecem as práticas autoritárias nos regimes pós progressistas.

Bibliografía

BORRAT, H.. **El periódico como actor político**. Barcelona, España: Gustavo Gili, 1989.

CHARAUDEAU, P.. Análisis del discurso e interdisciplinarietà en las ciencias humanas y sociales. En: PUIG, L. (Ed.). **El discurso y sus espejos**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2009.

DE SOUSA SANTO, B. **Ecuador la insurrección de octubre**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

KOZINER, N. **Antecedentes y fundamentos de la teoría de framing en comunicación**. Austral Comunicación, Buenos Aires, v. 2, n. 1, 2013.

KRIPPENDORFF, K. **Metodología de análisis de contenido**. Teoría y práctica. Buenos Aires: Paidós Comunicación, 1990.

LERNER, D.; POOL, Ithiel; LASSWELL, Harold (1951). **Comparative analysis of political ideologies: a preliminary statement**. The Public Opinion Quarterly, v. 15, n. 4 (Winter), p. 715-733. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press, 1951.

IZA, L.; TAPIA, Andrés; MADRID, Andrés. Estallido. **La rebelión de octubre en Ecuador**. Quito: Ediciones Red Kapari, 2020.

LIPPMANN, W. **Public opinion**. New York: Dover Publications, 1922.

McADAM, D.; TILLY, Charles; TARROW, Sydney. **Dinámica de la contienda política**. Barcelona, España: Editorial Hacer, 2005.

McCOMBS, Maxwell. **Explores and surveyors**: expanding strategies for agenda- setting research. *Journalism Quarterly*, Estados Unidos, v. LXIX (0), 1992.

McCOMBS, Maxwell; BELL, Tamara. **The agenda-setting role of mass communication**. En: SALWEN, Michael; STACTcs, Don (Eds.). *An integrated approach to communication theory and research*. Hillsdale, New Jersey (EUA): Lawrence Erlbaum Associates, 1995.

RAMÍREZ GALLEGOS, F. Octubre y el derecho a la resistencia. **Revolta popular y neoliberalismo autoritario en Ecuador**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

VOLLENWEIDER, C. y ROMANO, S. Lawfare. **La judicialización de la política en América Latina**. Buenos Aires: CELAG, 2017.

Recebido em 27 de julho de 2022.

Aceito em 29 de agosto de 2022.